



Ata dos trabalhos da Reunião Extraordinária Remota (Virtual) da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dez de setembro de dois mil e vinte, às dezesseis horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara, virtualmente, conforme Portaria nº 50, de 17 de abril de 2020, que “Estabelece diretrizes para a realização de sessão plenária remota (virtual) e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a presença virtual de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião. Logo após, comunicou que as Atas das Reuniões Extraordinárias Virtuais do dia vinte e sete de agosto e do dia três de setembro de dois mil e vinte foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas por oito votos. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.912/2020, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Dispõe sobre as condições para a concessão do benefício da cesta de legumes, previsto no art. 79 da Lei Municipal nº 2.590/2017”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Carlos de Oliveira , Flávio de Almeida e Silvânio Aguiar Silva, para emissão de parecer. 2) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.941/2020, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a redução do IPTU incidente sobre os imóveis onde funcionam



estabelecimentos que prestam serviços de hospedagem e serviços de cunho hospitalar, na hipótese de formalização de parcerias com cooperativas de táxi estabelecidas no município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Flávio de Almeida, Tiago Almeida Tito e José Carlos de Oliveira, para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.966/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Institui o Dia em Memória dos Nova-limenses Vítimas da covid-19”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.967/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais da cidade, de comunicarem aos órgãos de segurança a ocorrência ou indícios de violência”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 1.968/2020, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Cria o Fundo Municipal de Fiscalização de Posturas Municipais – FMFPM e o seu Conselho Gestor, vinculados à Secretaria Municipal de Obras, no âmbito do município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente Senhor, pela ordem. Senhor Presidente, boa tarde; boa tarde aos demais colegas vereadores e ao público que nos assiste. Peço desculpas, eu estou indo para uma reunião também, é por isso que eu estou dentro do veículo, não estou dirigindo, estou de passageiro. Mas eu queria só falar desse projeto, esse projeto foi me trazido pelos fiscais do município de Nova Lima. Eu quero



deixá-lo aberto porque eu sei que os fiscais também procuraram outros vereadores. A gente fez essa criação que nada mais é, não é criando despesa nem nada, é só para regulamentar a questão de taxas que a prefeitura recebe de multas de fiscalização e demais taxas também provenientes de alvarás, que seja destinada parte disso, um percentual bem pequeno, para este fundo que é para aperfeiçoar o trabalho dos fiscais, como estrutura de treinamento, estrutura física, estrutura de materiais e equipamentos. Eu acredito que eles procuraram outros vereadores, então quem quiser assinar, fica à disposição para a assinatura dos demais”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.944/2020, autoria do Poder Executivo, que “Institui no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – o benefício eventual de auxílio emergencial municipal”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem. Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o Plenário, lemos uma resposta na semana passada do governo falando que não poderia apresentar os nomes das pessoas por questões de legislação, a legislação veda, das prerrogativas que a secretaria tem que observar do sigilo das pessoas. Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o Plenário quanto à possibilidade de votarmos esse projeto em primeira e segunda sessão ainda hoje e que nós dispensássemos outros pareceres. Por quê? São três mil famílias aguardando para serem beneficiadas com este programa, vai atender três mil e duzentas famílias



aproximadamente, pessoas que estão necessitadas desse socorro do poder público. Ah, são duzentos e trinta reais. Mas duzentos e trinta reais para famílias que precisam. Eu gostaria que Vossa Excelência pudesse consultar o Plenário quanto à possibilidade de votarmos esse projeto em primeira e segunda, dispensássemos essas exigências feitas pelas comissões e qualquer parecer que ainda, por ventura, não tenha sido emitido de outras comissões”. Senhor Presidente: “esse já é o parecer da última comissão. Atendendo à solicitação do vereador Wesley de Jesus para que façamos a primeira e segunda votação do Projeto de Lei 1.944/2020 ainda hoje. Todos os vereadores concordam com a solicitação do vereador Wesley de Jesus para que façamos a primeira e segunda votação ainda hoje? Aprovado. Projeto 1.944 entra em primeira e segunda votação ainda hoje”. 2) Parecer da Comissão de Educação referente ao Projeto de Lei nº 1.951/2020, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Determina a disponibilização de acompanhante domiciliar especializado em educação para atendimento aos alunos da rede pública municipal diagnosticados com transtorno do espectro autista, no âmbito do município de Nova Lima”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, eu queria pedir ao senhor que pudesse tirar este projeto para a gente estudar mais a fundo, tirar de pauta desta sessão, hoje”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do autor do projeto, Projeto 1.951/2020 está sendo retirado de pauta”. 3) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.952/2020, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que



“Instituí o ‘Bilhete Único Emergencial’ para os servidores das áreas de segurança pública, assistência social, serviço funerário e profissionais da área da saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde para a gratuidade de tarifa de transporte público durante o enfrentamento da COVID-19, no âmbito do município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Segurança Pública, Trânsito e Transporte referente ao Projeto de Lei nº 1.953/2020, autoria do vereador Wesley de Jesus, que “Inclui o parágrafo único no art. 13 da Lei Municipal nº 34, de 14 de junho de 2016”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.955/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 2.764/2020 para suplementação, em favor dos projetos de proteção social especial de média e alta complexidade, no valor que especifica”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 6) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.956/2020, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dá denominação a logradouro que menciona, além de outras providências” – Rua Júlio Pedrosa da Silva. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 7) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.957/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a interromper os descontos provenientes de



empréstimos consignados dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, junto às instituições bancárias ou financeiras”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu não sei se os integrantes da Comissão de Orçamento concordam com isso. Esse projeto é aquele que mexe na taxa de desconto dos servidores públicos de empréstimos. Eu gostaria que Vossa Excelência, se não tiver posicionamento contrário da comissão, que a gente votasse esse projeto, ainda hoje, em primeira e segunda votação e dispensasse o parecer da Comissão de Orçamento”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, mas esse projeto não é do Executivo, esse projeto é de um vereador”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é do Executivo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é outro vereador que está fazendo solicitação. O autor da proposta eu acho que deveria fazer; não?”. Senhor Presidente: “é o Kim”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ah, é verdade. Eu pensei que fosse do... Vereador Kim”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “esse é meu”. Senhor Presidente: “é do vereador Kim. Secretário, por favor, a leitura”. Senhor Secretário: “já fiz, acabei de fazer”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “minha presença, Secretário”. Senhor Presidente: “oi, Coxinha? Presença”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “registrar a minha presença, Presidente, por favor”. Senhor Presidente: “Secretário Álvaro, registra a presença do vereador Coxinha, por favor”. Senhor Secretário: “registro a presença do vereador Coxinha”. 8) Parecer da



Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.958/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Estabelece medidas de proteção aos motoristas e colaboradores do sistema de transporte coletivo de passageiros na cidade de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 9) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.960/2020, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Flávio de Almeida, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover o pagamento mensal dos contratos administrativos de prestação de serviços de transporte que especifica, em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Executivo Municipal face à pandemia de coronavírus (Covid-19) e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. 10) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.961/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de tarifa de estacionamento rotativo aos profissionais da área de saúde, enquanto perdurar a situação excepcional de combate à covid-19”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 11) Parecer da Comissão de Legislação e



Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.962/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Dispõe sobre a criação de serviço telefônico para o encaminhamento de denúncias de maus tratos a animais na estrutura da prefeitura da cidade de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 12) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.963/2020, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a liberação do acesso Wi-fi aos usuários de todos os centros de saúde, no âmbito da Cidade de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 13) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.964/2020, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a prática de educação física adaptada nas Escolas Públicas Municipais, no âmbito do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 14) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.965/2020, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Define as informações de veiculação obrigatória nas placas de sinalização de obras públicas do município”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 15) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral do Poder





Executivo ao Projeto de Lei nº 1.933/2020, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o Programa de Microfinanças de Nova Lima, para enfrentamento das consequências econômicas decorrentes da pandemia Covid-19, nas condições que especifica”. A comissão emitiu parecer pela rejeição do veto. 16) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.935/2020, autoria dos vereadores Wesley de Jesus Silva e José Carlos de Oliveira, que “Inclui o inciso XI no artigo 20 da Lei Municipal nº 2.029, de 20 de dezembro de 2007, alterada pela Lei Municipal nº 2.618, de 26 de dezembro de 2017”. A comissão emitiu parecer pela rejeição do veto. 17) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.945/2020, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito, Flávio de Almeida e Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre autorização legislativa ao Poder Executivo Municipal consistente na adoção de medidas de combate aos impactos econômicos decorrentes da pandemia do Covid-19 no Município de Nova Lima, incluindo a suspensão dos processos administrativos fiscais e execuções fiscais pelo prazo de 180 dias e isenção de IPTU às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do veto. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.954/2020, autoria do vereador José Guedes, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de outras providências” – Rua



Aldo Barbosa de Souza. Senhor Presidente: “em primeira e única votação, em discussão. Tem algum vereador contrário a esse projeto? Não. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 1.954/2020 à sanção. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, eu quero agradecer aos vereadores que, por unanimidade, votaram este projeto. Aldo Barbosa de Souza é o nosso Biá. Então, é um grande merecedor, uma pessoa que militou no esporte amador mais de sessenta anos, sempre a favor do esporte, principalmente do seu time do coração, o Santa Cruz. O Aldo foi muito bom. Vai beneficiar todo Bairro do Padre Oswaldo e o pessoal dos arredores daquela região. Eu quero agradecer todos os vereadores porque o Biá foi um grande lutador pelo futebol amador. Obrigado”. 2) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.931/2020, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui a distribuição de kit merenda escolar para alunos matriculados na rede estadual de ensino no Município de Nova Lima, em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Decreto Municipal nº 10.008/2020 e do Decreto nº 113/2020 do Estado de Minas Gerais, face à pandemia de coronavírus (Covid-19) decretada pela Organização Mundial da Saúde e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação, em discussão. Todos os vereadores concordam com o veto?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ não”. Senhor Presidente: “eu voto contra”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu sou contrário ao veto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo : “eu voto pela quebra do veto,



Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “contrário também, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor do veto porque as escolas estaduais já estão dando as cestas básicas, o Estado já está fornecendo, as escolas estaduais”. Senhor Presidente: “vereador Kim do Gás”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “vou me abster do voto”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Guedes: “vou me abster do voto”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “contra o veto”. Senhor Presidente: “contra. Vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “contra o veto, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio de Almeida”. Vereador Flávio de Almeida: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “contra o veto, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Almeida Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, até com essa informação que o vereador Alessandro Coxinha trouxe, eu acho mais relevante ainda votar contra o veto para que isso seja institucionalizado e garantido por lei, então eu voto contrário ao veto”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Fausto Niquini, voto contra o veto. Veto, sete contra. Encaminho o Projeto de Lei 1.931/2020 à promulgação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. Esse projeto de lei que acaba de ser promulgado, vai se tornar lei através de



promulgação da Câmara, já que o prefeito vetou e a Câmara acaba de derrubar o veto. Eu quero aqui fazer justiça e agradecer ao Pedro Dornas, que é Diretor da Escola Polivalente, que esse projeto foi criado por um pedido dele. Ele é um jovem extremamente atuante no nosso município, essa ideia veio dele e eu pus isso no papel. Então, assim, quem será beneficiado com isso serão os jovens adolescentes que estudam em escolas estaduais aqui no nosso município, então quem ganha é essa parcela da população. Portanto, quero inclusive agradecer aos vereadores que votaram pela quebra do veto para que esse benefício possa se tornar real e beneficiar tantos jovens aqui já citados por mim. Muito obrigado”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra do vereador Silvânio. Eu estava até surpreso, até agora o senhor não tinha pronunciado nada, vereador Silvânio”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “estou caladinho, Senhor Presidente. Eu quero cumprimentar o Álvaro, cumprimentar os vereadores que votaram pela quebra do veto. Eu quero também, Senhor Presidente, como a gente não tem possibilidade de fazer requerimentos, eu tenho recebido muitas reclamações com relação à cesta que está indo de merenda dos alunos, as pessoas reclamando, principalmente do feijão. Eu acho que seria oportuno a Câmara fazer a solicitação porque, com certeza, a prefeitura compra isso, foi através de licitação, eu acredito que não tem nada errado por parte da prefeitura, a não ser a fiscalização que é obrigação nossa também, enquanto vereador. Então, fica aqui o meu apelo para que a secretaria, eu não sei se é a secretaria de serviço



social, não é serviço social, eu estou falando o nome errado, mas a secretaria que é responsável por esta cesta que fiscalize a qualidade dos mantimentos, porque eu tenho várias reclamações com relação principalmente à questão do feijão. Mas é só uma manifestação mesmo. Eu espero que a administração se atente a isso”. Senhor Presidente: “gostaria de aproveitar e já comunicar aos nobres pares que a Câmara, a partir do dia vinte e um de setembro agora, já estará funcionando, aberta de forma plena. Ok? E faremos já, se Deus quiser, a reunião do dia vinte e dois de setembro já de forma presencial, mas respeitando aqueles cuidados de distanciamento, uso de máscara, álcool em gel. Ok?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Só porque tem algumas pessoas nos assistindo, vai ficar a dúvida, não vai ter ainda presença de público ou vai ter presença de público?”. Senhor Presidente: “não. Apenas os vereadores e alguns assessores”. Vereador Tiago Almeida Tito: “perfeito”. Senhor Presidente: “e os funcionários auxiliares”. 3) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.936/2020, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio internet aos alunos das escolas da rede pública municipal e estadual”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou dar razão ao veto do prefeito. O secretário de administração me chamou, fez alguns cálculos, o que isso custaria para os cofres públicos e o que já está sendo colocado à disposição dos alunos da escola municipal, da escola estadual. Então, eu votarei pela manutenção do veto, só para me posicionar antes, tendo em vista que eu sou autor desse



projeto”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vou me abster”. Senhor Presidente: “abstenção. Vereador Kim do Gás, como vota?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “abster”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Guedes: “manutenção do veto”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “manter o veto”. Senhor Presidente: “favorável. vereador Wesley de Jesus já falou que é favorável. Vereador Soldado Flávio de Almeida”. Vereador Flávio de Almeida: “contra o veto, contra”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu voto contra o veto, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Almeida Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “com certeza, contrário ao veto”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo: “mantendo a coerência do meu voto, contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Fausto Niquini, como vota? Contra. Por cinco contra, três favoráveis e duas abstenções, o veto foi mantido. Encaminho o projeto ao arquivo”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu não entendi sobre o veto. Nós tivemos um, dois, três, quatro”. Senhor Presidente: “foram cinco votos contra”. Vereador Flávio de Almeida: “seis, não?”. Senhor Presidente: “ cinco”. Vereador Flávio de Almeida: “cinco?”. Senhor Presidente: “cinco contra”. Vereador Flávio de Almeida: “ah, então tá. Achei que o senhor tinha contado errado”. Senhor Presidente: “ não”.



Vereador Flávio de Almeida: “beleza, o senhor está certo”. Senhor Presidente: “três favoráveis e duas abstenções”. Vereador Flávio de Almeida: “é isso mesmo”. Senhor Presidente: “o veto foi mantido”. 4) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.949/2020, autoria dos vereadores Wesley de Jesus Silva, Alessandro Luiz Bonifácio, José Guedes, Éderson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, Tiago Almeida Tito, Fausto Niquini Ferreira, Silvânio Aguiar Silva, Flávio de Almeida e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder vouchers aos beneficiários que especifica e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação. Algum vereador contrário ao veto?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “óbvio”. Vereador Tiago Almeida Tito: “óbvio”. Vereador Flávio de Almeida: “contra, eu também”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu sou autor do projeto”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha, como vota? Não, o vereador Wesley era autor do projeto e votou...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “mas o que é óbvio para mim não necessariamente é para outros”. Senhor Presidente: “é justo. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “mantendo, Senhor Presidente. Vou manter”. Senhor Presidente: “favorável. Vereador Kim do Gás, como vota?”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Guedes: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador



Wesley de Jesus?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “contra o veto, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio de Almeida?”. Vereador Flávio de Almeida: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “contra o veto, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, aqui está ‘conceder vouchers aos beneficiários que especifica’. Só para a população que está nos assistindo, são os vouchers das cooperativas, dos estagiários de educação; é isso mesmo?”. Senhor Presidente: “isso mesmo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é isso aí, é o próprio”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “perfeito. É porque muito provavelmente esses profissionais estão nos assistindo, então seria interessante eles já acompanharem, se eu não me engano, é a segunda quebra de veto que a gente faz em decorrência de um veto do prefeito municipal de não querer pagar o voucher a esses profissionais que foram atingidos pela pandemia. Essas pessoas não tiveram culpa em relação à pandemia, o município tem caixa para isso, a gente está dando autorização legislativa para que o prefeito possa fazer o pagamento dos vouchers, desse auxílio emergencial, vamos dizer assim, para ficar mais popular, para os estagiários de educação, para os prestadores de serviço das cooperativas. Então, é só para deixar isso bem claro e publicizado que é a segunda vez que esta Câmara parece até então que vai derrubar o veto, a lei vai ser promulgada e só depende, única e exclusivamente, da prefeitura municipal realizar os pagamentos porque nós estamos





dando autorização legislativa para que o faça. Então, eu voto contrário ao veto do prefeito municipal para manter o projeto de lei e ter o benefício para os estagiários e prestadores de serviço de cooperativa”. Senhor Presidente: “o senhor vota? Contra o veto”. Vereador Tiago Almeida Tito: “contrário ao veto”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Fausto Niquini, contra o veto. Por nove votos favoráveis, o veto foi mantido. Encaminho à promulgação”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “o veto foi derrubado, desculpa. O veto foi derrubado. Encaminho à promulgação. Com a palavra o vereador Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “agora não dá mais tempo. Não, eu só pedi para falar, mas já passou, deixa”. Senhor Presidente: “ah, já passou?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é melhor, vereador, senão o José Simão vem de novo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, é porque, na verdade, o Coxinha fez um voto diferente. O senhor computou o voto errado dele”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “fiz não”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “fez sim, Coxa”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “meu voto é a favor”. Vereador Flávio de Almeida: “votou contra”. Vereador Tiago Almeida Tito: “votou a favor do veto”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “por falar nisso, eu estou precisando falar, está ruim aqui, onde eu estou”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “entendi”. Senhor Presidente: “o sinal do senhor não está bom”. Vereador Flávio de



Almeida: “o sinal do óleo de peroba. Isso se chama óleo de peroba da internet”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “José Simão vai vir de novo, o tema vai ser o sinal está ruim”. Senhor Presidente: “vamos lá?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Tiago, esta reunião que você está indo é onde? Você tá que anda”. Vereador Tiago Almeida Tito: “pois é”. Senhor Presidente: “oh, Coxinha, você até... Por deliberação plenária...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, você gosta”. Senhor Presidente: “esse Coxinha hoje... Por deliberação plenária...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só isso para me alegrar”. Senhor Presidente: “coloco o Projeto de Lei nº 1.944/2020, autoria do Poder Executivo, que “Institui no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – o benefício eventual de auxílio emergencial municipal” em primeira votação. Algum vereador contrário? Por nove votos favoráveis, aprovado. Por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei nº 1.944/2020, autoria do Poder Executivo, que “Institui no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – o benefício eventual de auxílio emergencial municipal” em segunda e última votação. Algum vereador é contrário ao projeto? Projeto 1.944 foi aprovado por unanimidade. Encaminho o Projeto de Lei nº 1.944 à sanção. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os nossos trabalhos. Uma boa tarde a todos”.

---